



Aprovado estímulo ao uso de fontes alternativas de água



Cássio Cunha Lima, autor do projeto, preside sessão do Plenário que aprovou o texto que eleva a disponibilidade hídrica

Segue para a Câmara projeto que quebra a exclusividade das concessionárias públicas no abastecimento. Texto permite outros meios de fornecimento, como reúso e aproveitamento de chuvas

O projeto que quebra a exclusividade no abastecimento de água por parte da concessionária pública foi aprovado ontem no Plenário do Senado. A proposta permite o fornecimento de água potável por fontes alternativas, como águas de reúso, de chuva e residuais. O projeto, de Cássio Cunha Lima, segue para a Câmara. O texto eleva a disponibilidade hídrica e reduz o consumo de água potável para outros fins que não sejam matar a sede.

Atualmente, a legislação proíbe a ligação de fontes alternativas de abasteci-

mento de água às instalações prediais urbanas conectadas à rede pública.

O projeto autoriza o uso dessas fontes, cria normas para regular a prática e determina a inclusão do abastecimento de água por fontes alternativas como parte integrante do saneamento básico. Também exige que as edificações disponham de instalações hidráulicas independentes, para que não se misturem as águas potáveis e não potáveis. A entidade reguladora deverá ser comunicada da instalação do sistema alternativo e informada das análises sobre a qualidade da água. 3

Cobrança de taxa de cadastro pode ser proibida em financiamentos

Projeto que proíbe a cobrança da taxa de cadastro em contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto, do senador Valdir Raupp, segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça. O argumento é que não é justo transferir ao consumidor o ônus do risco, inerente à atividade da instituição. 8

Especialistas divergem sobre proposta de Código Comercial

Alguns dos convidados de audiência pública na comissão que analisa mudança na legislação comercial pediram mais autorregulação e arbitragem empresariais em vez de novas leis, enquanto outros defenderam a elaboração de novo arcabouço legal. Os debatedores ainda pediram que as normas consuetudinárias (baseadas em costumes) sejam consagradas como regras do ambiente de negócios do país. 8

Vai à Câmara suspensão de portaria sobre pesca

O Plenário do Senado aprovou ontem a suspensão de uma portaria do governo que muda as normas de pesca na região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental. Os parlamentares consideraram prejudicial aos

pescadores e ao meio ambiente a medida do governo que permite a pesca de espécies exóticas, suspendendo o pagamento do seguro-defeso na região. O projeto de Cássio Cunha Lima segue agora para análise da Câmara. 5



Pescadores como os da colônia da Pituba ficarão sem o seguro-defeso em decorrência da medida do governo

Carol Garcia/Governo da Bahia

Sessão especial hoje comemora Dia do Índio 2

Embaixadores em Camarões e Albânia são confirmados 6

Novo marco legal para o Sine segue ao Plenário 4

Bebê-conforto poderá ter teste de impacto



Equipamento para transportar criança em carro deverá ser certificado

A obrigatoriedade da realização de testes de impacto em equipamentos para transporte de crianças em veículos está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e que segue para análise do Plenário.

A proposta contempla todos os tipos de assento, como bebês-conforto, cadeiras especiais ou assentos de elevação, que deverão ser certificados por órgãos e entidades de controle de qualidade. 4

Avança maior proteção para filho de mãe ou pai preso

Um projeto que garante mais proteção social a crianças com pai ou mãe presos foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Entre as mudanças, está a possibilidade de concessão de prisão domiciliar para mães com filhos menores de 12 anos. A proposta, de Regina Sousa, segue à Comissão de Direitos Humanos. 4

Senado homenageia povos indígenas em sessão hoje

Dia do Índio será celebrado no Plenário a partir das 9h, com a participação de lideranças indígenas, representantes da Funai e outras autoridades. Sugestão da homenagem foi do senador Telmário Mota

OS POVOS INDÍGENAS serão homenageados em sessão especial do Senado hoje, data em que se comemora nacionalmente o Dia do Índio. A sessão está marcada para as 9h no Plenário. A sugestão da homenagem é do senador Telmário Mota (PTB-RR), que contou com o apoio de outros seis senadores.

O Dia do Índio é celebrado há 75 anos e foi instituído pelo Decreto-Lei 5.540, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas em 1943. A data escolhida é uma referência ao Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, que ocorreu em 19 de abril de 1940.

No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 9 de agosto como o Dia Internacional dos Povos Indígenas, com a intenção de conscientizar os governos e a população mundial sobre a importância de preservar e reconhecer os direitos dos indígenas.

No Brasil, a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas é responsabilidade



Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, foi instituído no Brasil em 1943

da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista oficial criado em 1967. O órgão é vinculado ao Ministério da Justiça e tem como função coordenar e executar a política indigenista do governo.

Convidados

Para a sessão de homenagens, estão confirmadas as presenças de representantes da Funai, do reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professor Jefferson Fernandes do Nascimento, e da vereadora de Uiramutã (RR) Lourdes de Água Fria,

além de lideranças indígenas.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há em torno de 900 mil índios no Brasil, que se dividem entre 305 etnias e falam ao menos 274 línguas.

Os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do país. A maior parte da população, cerca de 37,4%, vive na Região Norte. O Nordeste abriga 25,5% da população indígena; o Centro-Oeste, 16%; o Sudeste, 12%; e a Região Sul, 9,2%.

Senadores esperam conclusão de transposição até o início de 2019

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, reuniu-se ontem com o ministro da Integração Nacional, Pádua Andrade, e com parlamentares do Nordeste para debater as obras de transposição do Rio São Francisco.

— Há uma expectativa muito grande, principalmente por parte do Ceará e do Rio Grande do Norte, de que essas obras sejam concluídas. O ministro manifestou preocupação pela substituição de uma empresa que executa a obra, mas, deixou claro que isso não vai causar grande retardamento. Nós esperamos que até o final do ano ou logo no início de 2019 as obras estejam concluídas — afirmou Garibaldi

Alves Filho (PMDB-RN), um dos participantes do encontro.

Na conversa com o ministro, os senadores ressaltaram a preocupação com as obras do chamado Eixo Norte da transposição de águas, que vai beneficiar moradores dos estados do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Também estavam presentes à reunião os senadores Eduardo Amorim (PSDB-SE), Elmano Férrer (Pode-PI), Fátima Bezerra (PT-RN), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), João Alberto Souza (PMDB-MA), José Maranhão (PMDB-PB) e José Pimentel (PT-CE).

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Comissão da MP do Ministério da Segurança Pública ouvirá autoridades

A comissão mista da medida provisória que criou o Ministério Extraordinário da Segurança Pública aprovou ontem o plano de trabalho.

A comissão da MP 821/2018 ouvirá em duas audiências públicas autoridades ministeriais e gestores em esfera federal dos órgãos públicos que estarão subordinados ao novo ministério.

O plano de trabalho, apresentado pelo relator, senador Dário Berger (PMDB-SC), prevê que sejam ouvidas na primeira audiência os ministros Raul Jungmann, da nova pasta, Torquato Jardim, da Justiça, e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Também serão ouvidos o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, e o procurador da União e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

A comissão também fará audiência com os diretores-gerais do Departamento Penitenciário Nacional, da Força Nacional de Segurança e das Polícias Federal e Rodoviária.

Telmário defende aprovação de projetos em favor dos índios

Para Telmário Mota (PTB-RR), a melhor forma de homenagear os povos indígenas é garantir os seus direitos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ele defendeu a aprovação de projetos seus, como o PLS 737/2015, que favorece o ensino da língua e da cultura indígenas. Já o PLS 161/2015 permite que o índio registre sua etnia na Carteira de Identidade. O PLS 169/2016 cria o Estatuto dos Povos Indígenas, para garantir proteção.

E o PLS 217/2016 prevê que, na construção de escolas indígenas, sejam preferidos materiais e serviços locais.

Pastor Bel se despede do Senado com a volta de Edison Lobão

Pastor Bel (PRTB-MA) anunciou ontem que deixará de exercer o mandato, com o retorno, a partir de amanhã, do titular, Edison Lobão (PMDB-MA).



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador agradeceu a oportunidade de, durante 121 dias, representar o Maranhão. Pastor Bel destacou o trabalho que fez junto ao governo para a retomada das obras de construção de 2,9 mil casas populares em Imperatriz (MA). Ele disse ainda que é preciso combater a corrupção no país.

Wilder critica "indústria da multa" e burocracia na gestão do trânsito

Wilder Moraes (DEM-GO) criticou na terça-feira o que chamou de "indústria da multa". Segundo ele, motoristas que dirigem embriagados, ultrapassam sinal vermelho e colocam pessoas em risco devem ser punidos, mas a burocracia não está melhorando o trânsito.



Roque de Sá/Agência Senado

O senador citou resolução do Conselho Nacional de Trânsito que obrigaria os motoristas a fazer exame teórico a cada cinco anos. Segundo Wilder, a iniciativa tinha o único objetivo de arrecadar mais dinheiro com taxas.

Randolfe lamenta desigualdade no país e morte de quilombola

O assassinato do líder quilombola Nazildo dos Santos Brito foi lamentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) na terça-feira. Brito liderava a Comunidade de Remanescentes de Quilombo Turê III, no limite das cidades de Tomé-Açu e Acará, no Pará.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ontem o senador citou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que, para ele, apontam um Brasil mais desigual e pobre. A redução da inflação foi atribuída por ele à perda do poder de compra do povo.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Dívidas dos estados

9h Audiência interativa sobre o impacto da carga tributária na dívida dos estados.

CRE Embaixador na Coreia do Sul

9h Sabatina de diplomata para a embaixada na República da Coreia do Sul.

PLENÁRIO Sessão especial

9h Homenagem aos povos indígenas pelo Dia do Índio.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h O PDS 18/2018, acordo com a China sobre assuntos aduaneiros, está na pauta.

MP 820/2018 Venezuelanos

14h Audiência com a PGR e a Defensoria Pública da União, entre outros.

CRA Regularização fundiária

17h Audiência na Assembleia Legislativa de Cuiabá sobre regularização fundiária.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV



Garibaldi, Fernando Bezerra, Fátima e Cássio (D) recebem Pádua Andrade

Senado aprova estímulo a fontes alternativas de água

Vai para a Câmara dos Deputados projeto que quebra a exclusividade no abastecimento por concessionária pública e permite o fornecimento por águas de reúso, de chuva e residual, entre outras

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto que quebra a exclusividade no abastecimento de água por parte da concessionária pública. O objetivo do PLS 51/2015 é permitir o fornecimento de água potável por fontes alternativas — reúso, água de chuva e águas residuais, entre outras. O projeto, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), eleva a disponibilidade hídrica e reduz o consumo de água potável para outros fins que não sejam matar a sede. A proposta segue para a Câmara.

A legislação atual (Lei 11.445, de 2007) proíbe a ligação de fontes alternativas de abastecimento de água às instalações prediais urbanas conectadas à rede pública. O projeto autoriza o uso dessas fontes e cria normas para regular a prática.

O texto determina a inclusão do abastecimento de água por fontes alternativas como parte integrante do saneamento básico, que pode ser prestado de forma particular ou geral, caracterizando-se como serviço público. Em ambos os casos, haverá regulação e fiscalização pela entidade reguladora.

Cássio afirmou que a falta de marco legal disciplinando essa forma de abastecimento gera insegurança jurídica. Ele argumentou que o uso do abastecimento de água por fontes alternativas de forma desordenada traz riscos à saúde pública, o que tem impedido a implementação sistemática dessa prática sustentável.

Na justificativa do projeto, o senador pondera que as constantes secas do Nordeste e a escassez hídrica que afetou São Paulo e outros estados brasileiros têm estimulado a busca por alternativas capazes de reduzir a demanda e elevar a oferta hídrica.



Um dos objetivos dos senadores é aumentar a disponibilidade hídrica

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Medeiros (Pode-MT), observou que o problema de escassez de água já não é mais uma exclusividade do sertão do Nordeste, uma vez que estados de todo o Brasil lidam com essa dificuldade durante períodos de seca.

O senador elogiou a postura de cidades como Boston, nos Estados Unidos, que já possuem uma estrutura para reúso de água mesmo tendo abundância de fontes à disposição. Para Medeiros, o Brasil deveria seguir esse exemplo antes que a questão da água vire uma fonte de conflitos, como já acontece em outras regiões do planeta.

Requisitos

O texto retira o caráter de serviço público do abastecimento de água por fontes alternativas quando dentro de um mesmo lote urbano e introduz o abastecimento por fontes alternativas na fase de planejamento do saneamento básico, com sua viabilidade técnica, econômica e ambiental comprovada em estudos.

A proposta autoriza que a instalação hidráulica predial seja alimentada por fontes alternativas de abastecimento

de água e determina que esse abastecimento atenda aos parâmetros de qualidade da água.

Também exige que as edificações disponham de instalações hidráulicas independentes, para que não se misturem as águas potáveis e não potáveis. A entidade reguladora deverá ser comunicada da instalação do sistema alternativo e informada, por meio de relatório, das análises sobre a qualidade da água desse sistema, sob pena de suspensão do abastecimento alternativo.

O projeto estabelece o estudo, quando da elaboração do plano diretor, da viabilidade de padrões construtivos sustentáveis a novas edificações, que permitam o abastecimento de água por fontes alternativas. Caso se confirme a viabilidade, deverá haver novas construções com sistemas hidráulicos independentes de água potável e de água não potável (água de reúso e água de chuva).

O Plenário aprovou também uma emenda da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) que inclui na Política Nacional de Recursos Hídricos a previsão de contemplar as fontes alternativas de abastecimento nas metas estaduais de racionalização de uso de água.

Vai à Câmara projeto sobre competências do BC e do Cade

O Plenário do Senado aprovou de forma unânime o projeto que reorganiza as competências do Banco Central (BC) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na proteção à concorrência do sistema financeiro. Foram 47 votos favoráveis. O PLS 350/2015 — Complementar segue à Câmara.

A proposta, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi apresentada com objetivo de resolver as divergências sobre a competência dos dois órgãos, principalmente nos casos de fusões e aquisições de bancos e instituições similares. O texto foi aprovado na forma do substitutivo da relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR).

O projeto determina a dupla decisão sobre aspectos concorrenciais no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

Tanto o BC quanto o Cade atuarão, de forma independente e com processos separados, na análise dos atos de concentração que envolvam instituições financeiras. Só poderão ser concretizadas as operações aprovadas pelas duas instituições.

A exceção é para os casos em que houver risco relevante e iminente à solidez e à estabilidade do sistema financeiro como, por exemplo, devido à prevenção de uma crise sistêmica. Nesses casos, o BC poderá aprovar unilateralmente os atos de concentração. A decisão terá que ser notificada ao Cade em um dia útil.

O conselho e o BC decidirão de forma independente sobre a existência de infrações que envolvam instituições sujeitas à supervisão ou a vigilância do BC, como bancos.



Banco Central, em Brasília: projeto aprovado no Plenário define atuação

Cássio pede negociação entre Caixa e lotéricos sobre tarifas

Em conversa com o vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Valter Nunes, o presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, defendeu que a instituição financeira e os lotéricos cheguem a um consenso sobre o projeto que reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos, faturas de concessionárias de serviço público e outros convênios (PLC 1/2018).

— Queremos que as partes se entendam — ponderou.

Os lotéricos querem que seja aprovado o texto que tramita no Senado, mas a Caixa diz que o reajuste sugerido acabará provocando o fechamento de lotéricas. Segundo Cássio, o Plenário decidiu esperar por um entendimento. Na quarta-feira, a previsão é de votação de urgência para que o projeto entre na pauta na semana seguinte.

— O ambiente na Casa, se a negociação não prosperar, é atender aos lotéricos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Adiada votação do plano de revisão de gastos

Depois de pedidos de alguns senadores, o presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, decidiu retirar da pauta de votações de ontem do Plenário o projeto que obriga o governo a enviar anualmente ao Congresso o Plano de Revisão Periódica de Gastos para subsidiar a avaliação sobre a continuidade de programas.

O autor da proposta (PLS 428/2017-Complementar), José Serra (PSDB-SP) não estava presente na Casa, o que motivou os pedidos.

Antes do adiamento da votação, o relator do projeto sobre

o plano de gastos, senador Armando Monteiro (PTB-PE), defendeu a aprovação da proposta por entender que ela melhorará a qualidade do gasto público.

Contrário ao projeto, Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu o adiamento e apresentou emendas ao texto, sugerindo avaliação do impacto nas políticas públicas. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também se disse contrário ao projeto.

Também foi retirado da pauta o PLC 69/2014, que estabelece regras e ritos processuais para responsabili-

zação de sócios que usem sua empresa para a prática de fraudes ou atos abusivos, buscando proveito próprio.

A legislação já prevê a chamada desconsideração da personalidade jurídica, instituto que permite a responsabilização de sócios e administradores por fraudes cometidas pela empresa. No entanto, a lei não delimita normas e ritos para aplicação da medida, o que estaria gerando indefinição e controvérsias.

As votações de ambas as matérias devem ser retomadas na próxima semana.

Ala da Casa homenageará o ex-senador Humberto Lucena

A ala das lideranças partidárias do Senado receberá o nome de Humberto Lucena (1928-1998). O Plenário aprovou projeto de resolução de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) com esse objetivo (PRS 14/2018).

Advogado, integrante do PMDB da Paraíba, Lucena presidiu o Senado duas vezes ao longo de 43 anos de vida parlamentar: entre 1987 e 1989 e entre 1993 e 1995. O ex-senador iniciou a vida

pública em 1950, como deputado estadual na Paraíba. Cumpriu quatro mandatos consecutivos como deputado federal, até chegar ao Senado, em 1978. Três vezes eleito senador, foi o primeiro paraibano a assumir, em caráter permanente, o cargo de presidente do Senado.

José Maranhão (PMDB-PB) e Raimundo Lira (PSD-PB) elogiaram a proposta e consideraram a homenagem merecida.

Avança projeto que protege filhos de pais e mães presos

Proposta que segue para a Comissão de Direitos Humanos sugere, entre outras medidas, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar nos casos de encarcerados que tenham crianças pequenas

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que garante mais proteção social a crianças com pai ou mãe encarcerados. Entre as mudanças previstas no PLS 43/2018, está a possibilidade de concessão de prisão domiciliar para mães com filhos menores de 12 anos. A proposta, da senadora Regina Sousa (PT-PI), segue para decisão final da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto altera o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257, de 2016), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Processo Penal (CPP).

De acordo com o texto, o Marco Legal da Primeira Infância deve dar preferência no atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade decorrente da prisão dos pais e uma maior atenção à gestante privada de liberdade.

Em relação ao ECA, o projeto estabelece um incentivo à amamentação para a mãe encarcerada. Por fim, determina-se no CPP a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso dos presos e presas com filhos pequenos.

Ao defender o PLS 43/2018, Regina chamou a atenção para a necessidade de o Estado estar atento às demandas específicas das crianças cujas mães estão aprisionadas. A precaução, disse a senadora, justifica-se diante do risco de transferir a punição da mulher para os filhos pequenos. Segundo observou, raros são os estabelecimentos carcerários



Comissão de Constituição e Justiça na reunião que aprovou a proposta

com estrutura para receber a mulher gestante ou lactante.

O mérito da proposta foi reconhecido pela relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para ela, o texto “cuida das pessoas que estão em situação mais aflitiva na escala social: as filhas e os filhos pequenos de mães e pais encarcerados”.

A senadora ressaltou que a mudança no CPP está em sintonia com recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que substituiu as prisões provisórias das mulheres gestantes ou com filhos pequenos por prisões domiciliares. Para Vanessa, com medidas assim o poder público atua efetivamente para impedir que filhos e filhas pequenos de mães e pais encarcerados sofram diretamente os efeitos de uma pena que não lhes foi imposta.

Gênero

A escolha da palavra “gênero” em vez de “sexo” na redação do dispositivo do projeto que prevê o cadastro das crianças cujos pais estão encarcerados foi motivo de discordância en-

tre os senadores. Uma emenda de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para substituir o termo foi defendida por Eduardo Lopes (PRB-RJ) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), mas acabou rejeitada. Eles afirmaram que seria mais apropriado adotar o termo “sexo”, pois ele se refere, biologicamente, a masculino e feminino. Já “gênero”, argumentaram, diz respeito aos papéis sociais e é uma distinção sociológica de difícil aferição, principalmente para precisão de dados estatísticos.

Regina considerou a discussão “paranoia e fundamentalismo religioso” sem razão, já que, como ressaltou, a gramática fala em gênero masculino e feminino. Marta Suplicy (PMDB-SP) também considerou a discussão “ridícula”. Simone Tebet (PMDB-MS) registrou que o projeto é claro e específico e não há diferença entre “sexo” e “gênero” para os efeitos da lei, mas frisou que o Congresso precisará enfrentar o debate sobre a palavra ideal, já que inúmeros projetos semelhantes estão parados por isso.

Novo marco legal para o Sine segue para votação no Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que estabelece um novo marco legal para o Sistema Nacional de Emprego (Sine). O PLC 183/2017 segue agora para análise do Plenário do Senado.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), deu parecer favorável à proposta. Para o senador, não há dúvida de que a estrutura e o funcionamento do Sine, criado há mais de 40 anos, necessitam de uma nova regulação, que terá impacto positivo no principal objetivo do órgão, que é promover a colocação e recolocação do trabalhador no mercado de trabalho.

O texto propõe que o Sine deve ser gerido e financiado conjuntamente pelo Ministério do Trabalho e por órgãos específicos integrados à estrutura administrativa

das esferas de governo que dele participem. À União caberia, entre outras competências, a coordenação nacional, a concessão de seguro-desemprego e abono salarial, a identificação do trabalhador e a coordenação da certificação profissional.

Em caráter complementar, a União poderá, segundo a proposta, executar as ações que competirem aos outros entes federativos, e os estados poderão executar as ações e serviços que competirem aos municípios.

As diretrizes que devem pautar a filosofia do órgão, diz o projeto, devem ter ênfase na otimização do acesso ao trabalho, em sistemas de educação e de qualificação profissional e tecnológica e no compartilhamento da gestão, do financiamento e de recursos técnicos entres as esferas de governo.

Teste de impacto poderá ser obrigatório em assento infantil

Os equipamentos para transporte de crianças em veículos devem passar por testes de impacto. A obrigatoriedade está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que segue para análise do Plenário.

O PLC 46/2017 abrange bebês-conforto, cadeiras especiais ou assentos de elevação. Segundo o texto, eles terão que receber certificação de órgãos e entidades de controle de qualidade, após a realização de testes de impacto frontal e lateral.

O projeto inclui a regra no Código de Trânsito Brasileiro

e recebeu parecer favorável da relatora, Simone Tebet (PMDB-MS). Para a senadora, os equipamentos são necessários para o transporte seguro de crianças até 7 anos. Ao limitar o deslocamento do corpo, reduz os riscos de colisões ou freada brusca.

“A importância do uso de um equipamento de qualidade evidencia-se pelo fato de acidentes de trânsito serem a principal causa de morte na faixa etária de 1 a 14 anos no Brasil, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)”, acrescenta Simone Tebet.

Para Ângela, teto de gastos restringe investimentos

Ângela Portela (PDT-RR) criticou a Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto de gastos e restringiu, por vinte anos, os investimentos federais em áreas como segurança, saúde, educação e assistência social.

Segundo a senadora, a medida causou efeitos danosos especialmente para as pessoas que dependem do sistema público de saúde.

Para Ângela, ao promover o ajuste, Michel Temer não se preocupou em prejudicar o povo brasileiro, especialmente os mais pobres.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Novo ensino médio é desafio para o país, diz Marta

Marta Suplicy (PMDB-SP) afirmou que o grande desafio do país no setor da educação é a implantação do novo ensino médio. Segundo ela, isso requer a capacitação de professores, cuja formação pelas universidades ainda está baseada nos parâmetros antigos e que precisa ser aperfeiçoada.

— As faculdades vão ter que se readaptar no ensino. Os professores têm formação precária, eles não ficam nos cursos e o que eles aprendem faz eles darem aulas que não estão sendo satisfatórias.



Pedro França/Agência Senado

SUS pode divulgar fila de espera de cirurgias

Vai ser transformada em projeto de lei uma sugestão para que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja obrigado a divulgar na internet, por telefone ou presencialmente informações sobre a fila de espera para consultas, cirurgias e outros procedimentos ofertados.

Apresentada pelo Instituto Oncoguia, a Sugestão 11/2016 foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem e, por isso, passa a ser analisada como projeto.

As informações sobre fila de espera serão separadas para cada tipo de procedimento ofertado e publicadas sema-

nalmente. Devem constar o número do protocolo entregue ao paciente, as iniciais dele e as datas do pedido e da realização do procedimento, além de números como a média de vagas ofertadas por mês, a média do tempo de espera e a quantidade de pessoas na fila.

Congresso Nacional fará 15º Seminário LGBT

Por iniciativa da presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (PMDB-SP), e da presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Regina Sousa (PT-PI), foi aprovada a realização do 15º Seminário LGBT no Congresso Nacional. O requerimento (RAS 9/2018)

sobre o tema foi aprovado ontem pela CAS.

Segundo Marta, o foco da nova edição, cuja data será definida, será a cidadania do povo LGBT, com destaque para os processos de envelhecimento e a terceira idade.

— Quando se chega à velhice, o que se deve fazer?

Como ampliar a expectativa de vida dos LGBTs, sobretudo gays afeminados, lésbicas e trans pobres? E para quem sobrevive aos perigos, como encarar a velhice? Quais são as políticas? Esses são os temas que eu penso que merecem uma reflexão por parte da sociedade.

Senado aprova suspensão de portaria que limita seguro-defeso de pescador

Proposta torna sem efeito portaria que permite a pesca de espécies exóticas no período em que ela é proibida para espécies nativas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a sustação de uma portaria do governo que altera normas e critérios da pesca na região hidrográfica do Atlântico Nordeste Oriental. O PDS 29/2018, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), segue agora para a análise da Câmara dos Deputados.

Pela portaria conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento e do Meio Ambiente (Portaria MDIC-MMA 78/2017), a pesca durante o período de defeso, entre os

meses de janeiro e abril, será proibida apenas para espécies nativas. A pesca de espécies exóticas ou originárias de outras regiões seria permitida, mesmo durante o período reprodutivo.

Como resultado, o governo não precisaria pagar o seguro-defeso quando houvesse alternativas de pesca nos municípios em período de defeso. A medida atingiria, principalmente, os pescadores artesanais do Nordeste, entre os estados de Alagoas e Piauí.

Conforme Cássio, os pescadores também questionam a viabilidade da seleção de espécies. A portaria poderia, assim, impactar espécies importantes para o equilíbrio ambiental ao permitir a pesca de algumas, e não de outras. Na visão do senador, o não pagamento do seguro-defeso, além das dúvidas sobre a viabilidade da medida, pode causar “irreversíveis danos às famílias e ao meio ambiente”.

Relatora, Fátima Bezerra (PT-RN) apresentou em Ple-

nário parecer classificando a portaria de “inoportuna, absurda e de caráter artificial”.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que a portaria usurpou competência do Congresso Nacional, enquanto Randolfe Rodrigues (Rede-AP) elogiou a iniciativa de Cássio. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), José Pimentel (PT-CE), Regina Sousa (PT-PI) e Raimundo Lira (PSD-PB) também apoiaram a suspensão da portaria.

Crise do setor leiteiro é grave, alerta Lúcia Vânia

Lúcia Vânia (PSB-GO) chamou a atenção para a crise pelo qual passa o setor de produção de leite no estado de Goiás e em todo o país. De acordo com ela, o preço pago aos produtores pelo litro de leite está muito baixo (entre R\$ 0,80 e R\$ 0,90) e não cobre os custos de produção.

— Não há outra atividade no campo que empregue ou utilize tanta mão de obra como o leite: são 4 milhões de pessoas nas diferentes etapas da cadeia produtiva. Além da relevância econômica, o leite tem igualmente uma importância social.



Rogério de Souza/Agência Senado

Debate expõe barreiras para produtor de cacau renegociar dívida

Para que os produtores de cacau da Bahia consigam sair do endividamento, é necessário que o governo faça leis que possibilitem uma renegociação eficiente. Essa foi a conclusão de audiência promovida ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Os produtores sofrem com as dívidas decorrentes de perdas da lavoura cacauzeira atingidas pela doença vassoura-de-bruxa. Segundo Guilherme Galvão, representante dos produtores rurais da Bahia, a doença provocou a queda do Brasil no mercado internacional ao diminuir a produção anual. Esse quadro, associado aos problemas de seca na Bahia,

causou o endividamento, disse Galvão. Ele relatou ainda que a safra 2017/2018 poderá ser a pior nos últimos 60 anos.

— Se o governo quiser fazer um programa para voltar a desenvolver a região, vai ter

que resolver o problema do endividamento, para que se possa abrir novas linhas de crédito.

Os representantes do Banco do Brasil, Ana Amélia Palmeira, e do Banco do Nordeste, Jorge

Ivan Costa, justificaram que as práticas que os bancos têm tomado em relação aos produtores estão dentro da lei e não há como sanar o problema do endividamento sem que haja mudanças na legislação.

O economista e assessor legislativo Nelson Vieira Fraga Filho explicou que, desde 2002, as leis para liquidação e renegociação de dívidas rurais não atendem de forma efetiva o pequeno e o médio produtor.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que pediu a realização da audiência, sugeriu resolver a questão passo a passo. Ela propôs uma nova audiência para debater a questão com órgãos do governo federal.



Lídice comanda audiência com Jorge Ivan Costa e Guilherme Galvão

Genivaldo Magalhães/Agência Senado

Debate: universidades não podem servir apenas à ascensão social

Em audiência na Comissão de Educação ontem, o professor Célio da Cunha, da Universidade Católica de Brasília, destacou o financiamento público às universidades como instrumento de progresso.

— Não houve experiência exitosa de desenvolvimento no mundo que tenha prescindido do poder público.

A audiência, realizada a pedido de Cristovam Buarque (PPS-DF), teve o tema “Universidade: escada para ascensão social ou alavanca para a progressão social?”. Na avaliação dele, a universidade brasileira perde sua principal função quando passa a ser usada por grande número

de estudantes apenas para ascensão social.

— Quando prevalece a ideia de promoção social dos indivíduos sobre escada de promoção do desenvolvimento humano nas artes, nas ciências

puras, a universidade perde.

No mesmo sentido, Isaac Roitman, professor da Universidade de Brasília, lamentou o uso da formação universitária somente para ascensão social.

— Temos mais vagas no

Brasil para cursos de Direito do que nos Estados Unidos e na Coreia do Sul juntos. Precisamos de tantos advogados?

Gustavo Balduino, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), observou que 500 mil profissionais foram formados nos últimos cinco anos pelas 68 universidades federais do país.

— É de uma relevância inquestionável essa universidade de que estamos falando.

Já a gestora das instituições federais no MEC, Nara Maria Pimentel, falou que são analisados aspectos econômicos, culturais e sociais para a criação de novos cursos.



Cristovam (3º à esq.) requereu a audiência à Comissão de Educação

Marcos Oliveira/Agência Senado

Cássio negocia mudança na cota de exportação de açúcar para EUA

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, reuniu-se ontem com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e o presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool da Paraíba (Sindalcool-PB), Gilvan de

Morais Sobrinho, em busca de novos critérios para definição da cota preferencial para os estados das Regiões Norte e Nordeste exportarem açúcar aos Estados Unidos.

Pela chamada “cota americana”, o governo dos EUA

concede tarifas especiais para importação de açúcar de países em desenvolvimento. O rateio, dentro de cada estado, é definido pelo ministério anualmente. Sobrinho argumentou que as regras para o cálculo da cota não correspondem

mais à capacidade produtiva de cada estado diante do total exportado. Blairo respondeu que o ministério já estuda novos critérios técnicos e transparentes.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Cidinho celebra 75 anos de instituto de Mato Grosso

Cidinho Santos (PR-MT) saudou os 75 anos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, comemorados em 14 de abril. Ele destacou os relevantes serviços da instituição para o progresso mato-grossense, especialmente na formação de profissionais voltados à agropecuária. O senador, que cumprimentou os professores e diretores do instituto, também celebrou a criação do Conselho Regional dos Técnicos Agrícolas em Mato Grosso.

— Para nós é uma honra poder contar com uma escola como essa, que além da tradição, é destacada pela qualidade.

Reguffe: condenado por corrupção deve ressarcir prejuízo

A Justiça não pode ser motivada por “puro desejo de vingança”, mas pela necessidade de reparação dos danos causados, disse Reguffe (sem partido-DF), ao anunciar a apresentação, ontem, de dois projetos. Um deles define que os culpados por atos de corrupção deverão ressarcir integralmente os prejuízos ao patrimônio público e pagar multa equivalente a três vezes o valor do dano causado. O segundo projeto determina reparação e ressarcimento nos atos de depredação e pichação de patrimônio.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rodovia bioceânica é defendida em audiência

Facilitação da chegada de produtos brasileiros aos portos do Oceano Pacífico e de mercadorias chilenas, argentinas e paraguaias ao Brasil foram alguns dos benefícios apontados

A PROPOSTA DE criação de uma rota de integração latino-americana foi defendida em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi unânime a avaliação positiva quanto aos benefícios econômicos previstos com a obra, entre eles, a facilitação da chegada dos produtos brasileiros aos portos do Oceano Pacífico e dos produtos chilenos, argentinos e paraguaios ao Norte e Nordeste brasileiros.

A rodovia, conhecida como Corredor Bioceânico, sairá de Porto Murtinho (MS) e chegará aos portos chilenos de Antofagasta e Iquique, passando pelo Paraguai e pela Argentina.

Para Simone Tebet (PMDB-MS), a implantação do corredor, que inclui a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai, abrirá uma nova rota de tráfego comercial que atrairá novos investidores, incrementando os projetos de interligação do Brasil com os países vizinhos, os portos do Oceano Pacífico e os mercados da Ásia e até do Oriente Médio.

O coordenador de Assuntos Econômicos Latino-americanos do Ministério das Relações Exteriores, João Carlos Parkinson, acredita que a rota vai permitir que outros países vendam produtos a um custo logístico mais barato no Brasil.



Simone coordena audiência que discutiu benefícios econômicos da obra

Segundo Waldemir Moka (PMDB-MS), a ligação vai economizar 8 mil quilômetros de percurso dos produtos brasileiros até o Pacífico.

— É uma redução de custos muito importante — disse.

Para o embaixador do Paraguai no Brasil, Manuel María Cáceres, se fala em integrar

o Mercosul com a Aliança do Pacífico, mas faltam estradas e vias de comunicação.

Metade dos recursos para a construção da ponte sobre o Rio Paraguai deverão vir do Orçamento da União. A outra parte vem do Paraguai.

Pedro Chaves (PRB-MS) ponderou que o ideal para integrar a região seria a construção da Ferrovia Transamericana, saindo de Corumbá (MS) e indo até o Chile.

— Mas a ponte custa somente R\$ 100 milhões, enquanto o projeto da ferrovia ultrapassa os R\$ 2 bilhões. E, com a ponte, o trecho entre Brasil e Paraguai já se viabiliza.

Comissão sobre apoio a imigrantes visitará venezuelanos em Roraima

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre o acolhimento aos imigrantes que chegam ao Brasil fugindo de crises humanitárias visitará Roraima na próxima sexta-feira. O anúncio foi feito ontem em audiência pública do colegiado. Deputados e senadores vão verificar as condições dos milhares de venezuelanos que entraram no estado.

A procuradora do Ministério Público do Trabalho Cristiane Lopes cobrou menção especial ao tema emprego no conteúdo da medida provisória (MP 820/2018). Para ela, trabalho, geração de renda e assistência social devem ser prioritários. A procuradora reclamou da demora na emissão de carteiras de trabalho para os venezuelanos em Roraima e ressaltou que a mediação de órgãos públicos

é importante para evitar exploração de mão de obra. Há só um auditor-fiscal do Trabalho no estado, denunciou.

Para a vice-presidente da comissão, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), tanto os trabalhadores de Roraima como os da Venezuela estão em situação de vulnerabilidade. O estado tem cerca de 50 mil imigrantes vivendo em situação precária.

O representante do Sistema ONU, Niky Fabianic, elogiou a MP e recomendou que o texto final tenha contribuições baseadas nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Lei de Migração. Ele ressaltou a importância da cooperação entre Estado, organismos internacionais e ONGs e discordou das sugestões de controle da entrada de imigrantes em Roraima.



Fabianic, Bruna, Cristiane e o relator da MP, deputado Jhonatan de Jesus

Plenário aprova embaixadora do Brasil em Camarões

Foi aprovada ontem em Plenário a indicação de Vivian Loss Sanmartin, ministra de segunda classe do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Camarões (MSF 8/2018).

Ela exercerá o cargo cumulativamente com o de embaixadora no Chade. A nomeação recebeu 40 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções.

Vivian Loss Sanmartin é gaúcha, graduada em letras pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, tendo ingressado na carreira diplomática em 1990. Entre os cargos que exerceu no exterior, está o de conselheira na embaixada em Buenos Aires, onde foi chefe do setor de energia.

Desde 2012, é ministra-conselheira na embaixada

do Brasil em Viena.

A diplomata foi sabatinada na Comissão de Relações Exteriores (CRE) no fim de março. Ela explicou aos senadores que a África é hoje um continente com enorme potencial de crescimento, com 300 milhões de pessoas na classe média, riquíssimo em recursos naturais e com maioria de população composta por jovens.

Confirmado novo embaixador brasileiro na Albânia

O Senado aprovou ontem a indicação de Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Albânia. A indicação (MSF 11/2018) teve 42 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.

O diplomata foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira pas-

sada, quando informou aos senadores que o comércio entre Brasil e Albânia, um dos países mais pobres da Europa, é limitado, tendo chegado a US\$ 45,8 milhões no ano passado. Do total, US\$ 44,7 milhões são relacionados à exportação brasileira de produtos primários, como café, carne, frango e açúcar.

Chagas afirmou haver um

bom potencial econômico na relação com a Albânia. O setor agrícola, por exemplo, seria uma via para o Brasil incrementar laços comerciais com o país dos Bálcãs.

A Albânia é uma república parlamentarista localizada no sudeste da Europa. A população do país é de aproximadamente 3 milhões de habitantes.

Acordo com Colômbia deve facilitar investimentos

O Plenário do Senado aprovou o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Colômbia. O texto (PDS 19/2018) já havia sido aprovado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e

agora segue para promulgação.

O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), lembrou que o acordo foi assinado enquanto ocupava o Ministério do Desenvolvimento, em 2015. O texto, disse Armando, tem

como um dos pilares a criação de um comitê conjunto, que fará a interlocução entre os setores público e privado dos países. Também trata de medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Projeto obriga divulgação on-line de tarifa de luz

Concessionárias de serviços públicos, como gás, água e telefone, poderão ter que publicar em tempo real na internet os valores que cobram e informar os reajustes dos preços. Proposta vai ao Plenário

AS CONCESSIONÁRIAS DE serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica deverão divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão para o consumidor, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O texto segue agora para análise do Plenário do Senado. O PLC 166/2017 foi relatado pelo senador Cidinho Santos (PR-MT), para quem a proposta aperfeiçoa a legislação.

— A proposição legislativa permitirá ao consumidor descobrir com mais facilidade o valor da tarifa cobrada pela prestadora do serviço público, de modo a poder comparar o preço cobrado por fornecedor

res que ofertam os mesmos serviços — destacou.

Cidinho também disse que a divulgação das informações não provocará aumento significativo de custos, que poderiam ser repassados aos consumidores.

De autoria do deputado Felipe Bornier (PROS-RJ), o projeto altera as Leis 8.987, de 1995 (Lei das Concessões), 9.427, de 1996 (que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica) e 9.472, de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações).



Cidinho Santos e Randolfe Rodrigues na Comissão de Transparência

Comissão adia discussão de relatório sobre Lula

Foi adiada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a discussão sobre a diligência feita em Curitiba para verificar as condições da prisão do ex-presidente Lula e dos demais detidos na Superintendência da Polícia Federal.

A visita foi feita ontem por 11 senadores. Em entrevistas após a visita, eles reconheceram que as instalações são adequadas, mas lamentaram o isolamento de Lula. Para os senadores, o ex-presidente deveria poder receber mais visitas. Ao determinar as regras sobre a prisão de Lula,

o juiz federal Sérgio Moro decidiu conceder o regime geral de visitas da carceragem da Polícia Federal, que permite a presença apenas dos advogados e parentes em primeiro grau.

A diligência foi aprovada pela CDH na semana passada com o objetivo de verificar as condições da prisão e autorizada pela juíza federal da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba, Carolina Moura Lebbos.

Manifesto

Durante a reunião da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou o Manifesto pela Democracia, Soberania Nacional e Direitos do Povo Brasileiro, lançado ontem na

Câmara dos Deputados. O documento é assinado por sete partidos: PT, PDT, PSB, PCdoB, PSOL, PCB e PCO.

A CDH também aprovou requerimento de Magno Malta (PR-ES) para uma audiência pública sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, em análise no Supremo Tribunal Federal (STF). A arguição, ajuizada pelo PSOL, alega que dispositivos que criminalizam o aborto provocado pela gestante ou realizado com sua autorização violam os princípios e direitos fundamentais garantidos na Constituição. Malta propõe realizar a audiência em conjunto com diversas outras comissões da Câmara e do Senado.

Fernando Collor defende ampla reforma constitucional

A Constituição, 30 anos após sua promulgação, já está envelhecida e ineficaz, fato comprovado pelo elevado número de emendas, afirmou Fernando Collor (PTC-AL).

O senador apontou o excesso dispositivos e assuntos tratados na Carta Magna. Por isso, defendeu uma ampla reforma na Carta, sem descartar, inclusive, o trabalho de uma assembleia constituinte.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ivo Cassol acusa ex-governador de ter quebrado Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) acusou o ex-governador de Rondônia Confúcio Moura de “quebrar o estado”, durante os mandatos de 2011 a 2018. O senador citou documentos que apontam dívida assumida de quase R\$ 8 bilhões com o Banco Beron.

— O débito total projetado pela Secretária do Tesouro Nacional deve chegar a R\$ 19 bilhões. Qual a grande obra que esse governo fez? Nada!



Roque de Sá/Agência Senado

Ferraço pede o fim do foro privilegiado para crimes comuns

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) defendeu ontem o fim do foro privilegiado para crimes comuns. Ele reconheceu que, logo após a ditadura militar, o foro privilegiado visava proteger os parlamentares de serem processados por suas ideias.

— Como bem sabemos, infelizmente, o que era para ser uma prerrogativa de função foi convertido no mais legítimo mecanismo de impunidade.



Roque de Sá/Agência Senado

Ana Amélia condena fala de presidente do PT para TV árabe

Ana Amélia (PP-RS) criticou ontem a entrevista que Gleisi Hoffmann (PT-RS) concedeu à TV Al Jazeera, do Catar. Para ela, Gleisi, que é presidente do PT, prejudica a imagem do Brasil.

— Só espero que a convocação ao apoio dos países árabes feito pela presidente do PT não tenha sido também um pedido para que o Exército Islâmico venha ao Brasil atuar.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Gleisi rebate críticas à entrevista concedida para a TV Al Jazeera

Gleisi Hoffmann (PT-RS) rebateu ontem críticas por entrevista dela a uma TV árabe.

— A entrevista que dei à rede Al Jazeera tem o mesmo conteúdo das entrevistas que dei à BBC de Londres, à agência EFE da Espanha. Absolutamente a mesma. O incômodo com essa entrevista, penso que só posso reputar à ignorância, ao preconceito, à xenofobia contra o povo árabe.



Roque de Sá/Agência Senado

Humberto: isolamento visa retirar Lula do processo eleitoral

Lula é um preso político, afirmou Humberto Costa (PT-PE). O senador integrou o grupo da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que visitou na terça-feira o ex-presidente em Curitiba.

Para Humberto, o isolamento do ex-presidente na prisão mostra que o único objetivo de todo o processo é retirar Lula da disputa presidencial nas eleições deste ano.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima Bezerra diz que prisão do ex-presidente é injusta e arbitrária

Fátima Bezerra (PT-RN) enalteceu ontem a “força espiritual” do ex-presidente Lula, que ela visitou ontem.

Para a senadora, o ex-presidente sofre uma prisão “injusta e arbitrária”. Ela disse ainda que Lula tem a virtude da indignação e que tem convicção de que o respeito à democracia e à justiça o farão retornar à liberdade. Fátima citou manifesto de partidos de esquerda contra o avanço do ódio e da intolerância e pelo respeito ao Estado de Direito.

Requião critica juíza federal por limitar visitas a ex-presidente

Roberto Requião (PMDB-PR) protestou ontem contra a decisão da juíza federal Carolina Lebbos de limitar as visitas ao ex-presidente Lula aos senadores integrantes da Comissão de Direitos Humanos.

— O fato não apenas revela afronta ao próprio povo, que tem em seus parlamentares sua mais democrática expressão, mas denota, ainda, desprezo ao Regimento Interno do Senado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lula é vítima do ódio da elite brasileira, afirma senador

Na terça-feira, Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu a prisão do ex-presidente Lula ao ódio de classes, à intolerância e ao preconceito da elite.

Requião elogiou os governos de Lula e comparou o momento atual com o tempo da ascensão do fascismo e do nazismo na Itália e na Alemanha. No entendimento do senador, ao promover a inclusão social, Lula “provocou urticária” nas classes dominantes e deixou a classe média “enfatuada, incomodada e injuriada”.

Lídice da Mata cobra do Senado posição sobre impedimento a visita

Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou ontem uma posição do Senado quanto à decisão da juíza federal Carolina Lebbos de proibir senadores de integrar a comitiva da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que visitou Lula. A justificativa da juíza foi de que os parlamentares não faziam parte da CDH.

Lídice explicou que qualquer senador, pelo Regimento Interno da Casa, tem o direito de participar de reuniões e ações das comissões dentro e fora do Senado.

Vanessa diz que Justiça Federal nega a Lula o direito de ver amigos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a visita da comitiva de senadores ao ex-presidente Lula. Segundo ela, essa foi a primeira visita de amigos que Lula recebeu após a prisão.

— Além de estar preso injustamente, o presidente Lula está posto num isolamento, está posto numa solitária. Porque é assim que nós caracterizamos quem está proibido de receber visitas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Debatedores defendem arbitragem empresarial

Audiência na Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial discutiu ontem o fortalecimento das normas baseadas em costumes para as relações de comércio

PARTICIPANTES DE DEBATE na Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial apontaram a importância das normas comerciais e defenderam a arbitragem empresarial. A audiência discutiu ontem o fortalecimento das normas consuetudinárias (baseadas em costumes) para as relações de comércio e as soluções para os conflitos empresariais. A audiência foi dirigida pelo presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

O advogado Fernando Passos, representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e membro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio-SP, disse que há uma corrente que entende não haver mais necessidade de regulação para o mundo comercial, já que há muita tecnologia envolvida e procedimentos consagrados. Passos, no entanto, defendeu um código voltado para o ambiente empresarial. Ele apontou que o direito consuetudinário termina por ser positivado ao longo da história, exatamente para dar segurança jurídica às relações.

— É exatamente o que o projeto do novo Código Comercial está fazendo. Precisamos agir



Paula Forgioni, Sérgio Campinho, Fernando Bezerra e Newton De Lucca em debate marcado por divergências

em favor das empresas — disse.

O desembargador Newton De Lucca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS), apontou que o trabalho de uma construção legislativa não pode prescindir de debate.

Já o professor de direito comercial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Sérgio Campinho defendeu a valorização da autorregulação no ambiente comercial, pois a “natureza do nosso direito, infelizmente, é muito interventiva”. Para ele, o novo código pode colaborar com

uma maior liberdade, para o bem das empresas, mas alguns artigos precisam de ajustes.

Segurança

Por sua vez, a advogada Paula Forgioni, professora da USP e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), se disse preocupada com algumas discussões sobre o novo código.

— Hoje não é o tempo adequado para uma nova legislação sobre as relações comerciais. Algumas leis são relativamente novas e as em-

presas precisam de segurança e previsibilidade. O problema do novo código é estrutural, não é pontual. Infelizmente virou uma colcha de retalhos.

Segundo o professor de direito civil da Uerj Arnoldo Wald, a arbitragem de conflitos empresariais vem ganhando força no Brasil nas últimas três décadas.

Wald também defendeu a construção do novo Código Comercial de forma que contemple uma “sociedade flexível”, que está em constante adaptação.

— Hoje temos uma sociedade que depende da boa governança e precisa de decisões rápidas. E isso pressupõe o ambiente da arbitragem. O tempo da arbitragem é o tempo da economia — declarou.

A presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBar), Flávia Bittar Neves, fez um histórico da arbitragem no Brasil, destacando a evolução das leis e a relação do tema com princípios internacionais.

Qualidade técnica

Ela disse que a arbitragem é importante para as empresas, mas destacou o valor da manutenção da qualidade técnica do instrumento. Flávia Neves fez sugestões em alguns artigos do projeto e pediu uma discussão mais aprofundada do texto, pelo menos em “alguns aspectos”.

A reforma do Código Comercial tramita na forma do PLS 487/2013, assinado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidente do Senado. O anteprojeto foi elaborado por uma comissão de juristas e agora é examinada na comissão temporária, que está autorizada a funcionar até o dia 21 de setembro e tem o senador Pedro Chaves (PRB-MS) como relator.

Comissão aprova proibição de cobrança de taxa de cadastro para financiamentos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que proíbe a cobrança da taxa de cadastro em contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações (PLS 464/2012).

No relatório pela aprovação, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) pontua que nem sequer a alegação de que a instituição financeira está “prestando um serviço” ao consultar os dados do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito se sustenta como argumento para justificar esse

tipo de cobrança.

Segundo o texto, lido na CAS por Dalírio Beber (PSDB-SC), “é inerente à atividade da instituição o risco e, se quiser afastá-lo, é de sua livre iniciativa a consulta. Não é justo transferir esse ônus ao consumidor. E muito menos se justifica sustentar que a eliminação da taxa vai resultar em insegurança jurídica. Sendo proibida por lei, sua previsão e cobrança deixa automaticamente de fazer parte de futuros contratos”.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Desapropriação de imóvel para o TRE do Rio Grande do Sul segue para sanção

O Senado aprovou ontem à tarde um projeto que autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, um imóvel do Estado do Rio Grande do Sul. No local deve ser instalada a nova sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). O PLC 15/2018 segue para sanção presidencial.

O imóvel é o Edifício Muralha, localizado no centro comercial e administrativo de Porto Alegre. Durante muitos anos, o domínio útil e o direito de uso do prédio foram concedidos ao Citibank, por meio de pagamento de uma taxa anual. O imóvel já havia sido declarado de utilidade pública em

2013, por meio de decreto presidencial.

Aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto chegou ao Plenário com pedido de regime de urgência requerido pela senadora Ana Amélia (PP-RS). O pedido foi acatado pelos senadores e por isso o texto entrou na pauta do Plenário, podendo ser votado ontem mesmo.

Na CCJ, o relator do projeto, Lasier Martins (PSD-RS), recomendou a aprovação por reconhecer a necessidade de uso do imóvel pelo TRE “para o adequado e eficiente desempenho de suas relevantes funções públicas”.

Acir Gurgacz critica lucro dos bancos e afirma que queda de juros é engodo

A redução da taxa básica de juros é um “engodo” para a população, pois o custo dos empréstimos não caiu para empresas e consumidores, disse Acir Gurgacz (PDT-RO).

O senador ponderou que, diante da queda acentuada da inflação, os juros reais continuam elevados, inibindo a tomada de crédito e



desestimulando a atividade econômica.

Gurgacz cobrou, além da redução real dos juros, uma política de investimento em infraestrutura e no setor produtivo, o controle dos gastos públicos e o combate à corrupção.

— Precisamos voltar a política econômica para o setor produtivo.

Armando Monteiro comemora renovação de incentivos a montadoras no Nordeste

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou os resultados da política de incentivos à indústria automobilística no Nordeste. Segundo o senador, as montadoras da região adotam alta tecnologia e exportam parcela expressiva dos produtos. E o êxito das empresas quebra o paradigma preconceituoso de que



a produção não seria viável em estados menos desenvolvidos.

Ele comemorou a prorrogação de incentivos à indústria automobilística.

— A decisão reconhece um modelo exitoso, com a instalação de plantas industriais de classe mundial que geram empregos qualificados, com melhores salários.

Lasier Martins apoia liberação de saques do PIS/Pasep para maiores de 60 anos

Lasier Martins (PSD-RS) manifestou apoio à Medida Provisória 813/2017, que permitiu o saque, pelos trabalhadores com mais de 60 anos, dos valores depositados nas contas do PIS/Pasep. O senador, que foi relator na comissão mista que analisou a MP, defendeu a liberação de saques a todos os titulares de con-



tas individuais até o dia 29 de junho deste ano. Após essa data, disse, o saque só poderia ser feito em casos específicos, como os já previstos.

— Como relator, propus que esses saques possam ser feitos por pessoas de qualquer idade. Ao menos são R\$ 15 bilhões injetados na economia.